



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

**PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL:
CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS**

Clara Braz de Almeida
2023

Clara Braz de Almeida

PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL:
CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dra. Greyciane Lins

Brasília
2023

A445p

ALMEIDA, Clara Braz de.

Patrimônio bibliográfico e documental: contextualização e desafios. / Clara Braz de Almeida. – Brasília, 2023.

47 f.

Orientação: Profa. Dra. Greyciane Souza Lins.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Patrimônio bibliográfico e documental: contextualização e desafios

Autor(a): Clara Braz de Almeida

Monografia apresentada em **09 de fevereiro de 2023** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Greyciane Souza Lins
Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Ana Lucia Abreu Gomes
Membro Externo (Câmara dos Deputados): Me. Raphael da Silva Cavalcante



Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 09/03/2023, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 09/03/2023, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Raphael da Silva Cavalcante, Usuário Externo**, em 10/03/2023, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9443423** e o código CRC **8959C3A9**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família que me prestou todo o suporte durante os anos de estudo, por toda dedicação e paciência. A todos os professores envolvidos no processo de graduação que compartilharam seus conhecimentos e experiências, sempre dispostos a contribuir com uma aprendizagem de excelência, mesmo com percalços e inúmeros desafios.

“Um país se faz com homens e livros.”

Monteiro Lobato

RESUMO

O reconhecimento dos elementos histórico-culturais que formam essa identidade integram a percepção de que a responsabilidade pela conservação é da comunidade, bem como do poder público. Analisar as práticas e políticas de preservação do patrimônio bibliográfico e documental no Brasil é essencial. A matriz desse estudo consiste em uma análise bibliográfica e documental acerca do tema definido como alvo do estudo, não necessitando do desenvolvimento de experimentos científicos para análise e coleta de dados. As práticas de proteção ao patrimônio envolvem diversas demandas, não se pode almejar um serviço eficiente de preservação sem permear a esfera política e econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Bibliotecas; Biblioteconomia; Acervo bibliográfico; Acervo documental; Patrimônio bibliográfico.

ABSTRACT

The recognition of the historical and cultural elements that form identity are part of the perception that the responsibility for conservation lies with the community, as well as with the public power. Analyzing practices and policies for the preservation of bibliographic and documentary heritage in Brazil is essential. This study consists of a bibliographical and documentary analysis about the theme defined as the target of the study, not requiring the development of scientific experiments for analysis and data collection. Heritage protection practices involve several demands, one cannot aim for an efficient preservation service without permeating the political and economic sphere.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Libraries; Librarianship; Bibliographic Collection; Documentary Collection; Bibliographic heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Definições isoladas sobre patrimônio documental e bibliográfico.....	19
Quadro 2 - Definições concomitantes sobre patrimônio documental e bibliográfico.....	21
Quadro 3 - Episódios ocorridos durante o século XX.....	28
Figura 1 - Descrição do assunto da Coleção Mário de Andrade.....	34
Figura 2 - Prédio da Biblioteca Mário de Andrade.....	35
Figura 3 - Acervo da biblioteca.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de ocorrências.....	27
--------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPBN	Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional
BMA	Biblioteca Mário de Andrade
BMC	Biblioteca Nacional da Colômbia
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SPHAN	Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 PROBLEMA.....	14
3 JUSTIFICATIVA.....	14
4 OBJETIVO GERAL.....	14
4.1 Objetivos específicos.....	14
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
5.1 Contextualização sobre patrimônio.....	15
5.1.1 Patrimônio documental.....	17
5.1.2 Patrimônio bibliográfico.....	17
5.1.3 Definições na literatura sobre patrimônio bibliográfico e documental.....	19
5.1.4 Legislação brasileira acerca do patrimônio bibliográfico e documental.....	22
5.1.5 Bibliotecas e o patrimônio bibliográfico.....	23
6 METODOLOGIA.....	31
7 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	40
ANEXO A - SOLICITAÇÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	46
ANEXO B - MINUTA DE AVISO DE TOMBAMENTO PELO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.....	47

1 INTRODUÇÃO

Muitas pessoas associam patrimônio apenas a monumentos físicos, destacados e divulgados pelas mídias sociais e outros meios de comunicação, entretanto, é importante entender o que é o patrimônio bibliográfico e documental brasileiro e sua importância, como ele é visto e suas peculiaridades para proceder de forma correta com a classificação, preservação e disponibilização para o público. O patrimônio bibliográfico concebe a ideia de que é integrado exclusivamente por livros, mas relaciona-se com a seção documental, incluindo uma abundância de materiais.

A partir dessa discussão geral será possível a ampla valorização do patrimônio, cativar o envolvimento da população e despertar mais atenção de instituições públicas e privadas atuantes na área. O conceito de patrimônio cultural pode ser compreendido como o conjunto de bens aos quais uma determinada sociedade agrega significados, na medida em que geram sentido e conhecimento histórico. Consequentemente, o reconhecimento desses elementos histórico-culturais constitutivos de identidade gera a percepção de que a responsabilidade pela preservação é de toda a comunidade, bem como do poder público.

Dentro do patrimônio cultural temos o patrimônio bibliográfico como uma modalidade que ainda precisa ser mais explorada. O estímulo ao reconhecimento de acervos de valor cultural nacional e internacional, os acervos bibliográficos são de extrema importância para a memória social, seja este grupo reduzido ou em grande número, elencando a identidade de grupos e suas produções científicas, artísticas e culturais. Informações sobre como, por quem o material foi produzido e o contexto em que estava inserido na época, são aspectos que ajudam a entender a importância e representatividade do item bibliográfico.

O Brasil, nos últimos anos, sofreu com desastres que culminaram na destruição parcial ou total de acervos compostos por itens patrimoniais, agravados muitas das vezes por carência de manutenção de prédios e a falta de desenvolvimento de planos de contingência e segurança. Materiais bibliográficos e documentais são perdidos ou danificados mas não se tem a ampla divulgação dos casos nos meios midiáticos e muitas pessoas nem chegam a ter conhecimento das ocorrências e da dimensão dos danos, considerando deste modo que não se é atribuída a devida importância.

Em Brasília, por exemplo, a Fundação Cultural Palmares no ano de 2021 ganhou destaque por promover o expurgo de obras consideradas inconvenientes, segundo o presidente da entidade os itens promoviam ideais marxistas e obras pautadas pela revolução sexual, pela bandidolatria e por um amplo material de estudo das revoluções e técnicas de

guerrilha. O acervo conta com oito mil livros e, segundo o levantamento, apenas 5 % dos itens atendem a missão institucional da fundação (VEJA, 2021). Este é um caso que serve de alerta para quando se fala sobre o patrimônio bibliográfico e documental no país.

2 PROBLEMA

A valorização destes patrimônios têm sofrido prolongadamente com baixos orçamentos e descaso governamental. Em tempos de instabilidade política e econômica como as atuais, pontuar as fragilidades do país é essencial para atuar de maneira correta e eficaz no reconhecimento, relevância e proteção do patrimônio bibliográfico e documental, com a propositura de garantir a herança do conhecimento para as gerações atuais e futuras. Existe uma omissão intrínseca na legislação brasileira quando tratamos do bibliográfico e documental, não existe a caracterização desse nicho patrimonial o que abre precedentes para interpretações dúbias e futuras perdas sociais, econômicas e intelectuais.

3 JUSTIFICATIVA

A identificação e preservação do patrimônio é de extrema importância para assegurar a história e identidade de um povo. Os bens patrimoniais que estão acoplados aos patrimônios documentais e bibliográficos merecem destaque, as definições desses dois tipos de patrimônio se entrelaçam muitas das vezes.

4 OBJETIVO GERAL

Analisar as práticas e políticas de preservação do patrimônio bibliográfico e documental no Brasil.

4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar a literatura a respeito da definição de patrimônio bibliográfico e documental;
2. Demonstrar a importância da atuação dos profissionais da ciência da informação no manejo e preservação de acervos;

5 REVISÃO DE LITERATURA

O presente estudo baseia-se em publicações acadêmicas, institucionais, leis e decretos jurídicos pelo governo brasileiro e de países estrangeiros para fins de comparação e análise. Os resultados de pesquisa em sua maioria foram obtidos em português devido aos termos utilizados para pesquisa, tendo enfoque em patrimônio, acervo bibliográfico e documental.

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO

É importante elucidar os tipos, características e conceitos sobre patrimônio, a fim de compreender a trajetória do patrimônio bibliográfico e documental no Brasil, destacando a correlação com um povo e suas histórias. Outrossim, é possível classificar o patrimônio como o resultado da memória coletiva e a elaboração das representações do passado de acordo com as necessidades das comunidades que as conservam e perpassam para futuras gerações.

Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, - por ser espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país - é o documento de identidade da nação brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos. (PINHEIRO, 2006 apud, ANDRADE, 1987, p.21).

Diante do exposto, bens móveis estão relacionados a características de que podem ser deslocados, com a ressalva de que exista a menor possibilidade de dano ao material. Os bens imóveis não podem ser deslocados, devido à impossibilidade logística e por maior chance de ocorrência de sinistro ao material e sua essência. Tratar sobre patrimônio engloba outro importante elemento de contextualização sobre os itens materiais e imateriais: o primeiro, abarca objetos corpóreos e palpáveis, como livros, esculturas, monumentos, igrejas e quadros, por exemplo. Já os bens imateriais possuem uma definição mais abstrata, são intangíveis, como celebrações religiosas e festivas.

[...] a visão incorporada pela Constituição Federal de 1988 extrapola o entendimento do patrimônio como apenas o bem material representado pelos monumentos e obras de arte. Desde então, dimensões menos tangíveis do patrimônio cultural ganham relevo, sendo este cada vez mais compreendido como algo integrado aos processos, aos rituais e às manifestações culturais que proporcionam significados e identidades aos grupos sociais. (CORÁ, 2014, p. 1094).

O conceito de patrimônio cultural sofreu modificações e adaptações, a Constituição Federal foi responsável pela alteração da matriz do patrimônio no Brasil. Essas mudanças são difundidas através de políticas públicas, porém, é de extrema importância o papel das instituições públicas no árduo ofício de elaboração dessas diretrizes, correlacionando diretamente com o trabalho dos profissionais da ciência da informação e das mais diversas áreas que atuam em conjunto.

Assim, a evolução do conceito de patrimônio cultural impacta diretamente as políticas públicas e seus equipamentos, sejam elas de preservação, culturais ou educacionais. Não obstante, faz-se necessário aplicar essa percepção holística para compreender o funcionamento dos contextos sociais. Estudar o patrimônio não é mais olhar somente para o passado, mas sim evidenciar as relações presentes com a memória cultural, seus bens simbólicos e os agentes sociais inseridos em seu contexto, gerando os conflitos e interesses das instâncias da sociedade que contemplem as demandas da população, garantindo direitos e efetivando a democratização cultural. (COSTA et al., 2020, p.295).

O tombamento de itens visa garantir a preservação dessa herança, os processos de patrimonialização precisam ser validados com a representatividade de um coletivo em relação a esses bens. Muitos são itens são valorados simbolicamente pela sua representatividade e singularidade, principalmente os materiais bibliográficos e documentais, tratamos então de obras que não necessariamente possuem importância financeira, mas sim cultural. Com o passar dos anos demonstra-se o crescente anseio pela conservação dos mais diversos tipos de patrimônio, fica claro que os bens mais conhecidos e divulgados pelos diversos meios midiáticos ganham um nível de atenção maior, entretanto, cada item tem seu valor atribuído.

A preocupação pelo o que deve ser preservado no Brasil é um processo vagaroso, os itens a serem preservados compõem um tesouro nacional e que a depender de sua significância extrapola para uma importância internacional. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) merece destaque, pois atua de forma essencial e em diversos países, trabalhando em linha direta com a criação do Programa Memória do Mundo que realiza ações de difusão e educação patrimonial, a capital do país detém a maior área tombada do mundo e foi inscrita na lista de bens do patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. É dever da população e do Estado a preservação dos bens, entretanto, os processos são complexos e devem ser executados por profissionais qualificados, os bibliotecários desempenham um papel fundamental no ramo.

5.1.1 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Segundo Crivelli e Bizello (2019, v. 24, p. 43) “O conceito de patrimônio documental ainda não se encontra bem definido, seja em âmbito científico, legal ou prático. A legislação brasileira sobre patrimônios culturais abarca os documentos como integrantes deste universo, pela primeira vez, na Constituição de 1946 [...]”. Já os documentos são predominantemente caracterizados como um tipo de suporte que contém informações agregadas. Esses são utilizados frequentemente e suas funcionalidades são diversas, seja para uso pessoal, governamental ou institucional. A vida cotidiana torna quase imperceptível a numerosidade de documentos que são produzidos diariamente e mais uma vez a tecnologia é uma importante ferramenta, pois torna possível as mais diversas formas de gerar conteúdo e sua relevância varia de acordo com o receptor.

Deste modo, um documento pode ser, então, um manuscrito, folhetos, livros, relatórios, recursos eletrônicos, mídias não impressas, mas também pode ser uma pintura em uma caverna, um óleo sobre tela, uma fotografia, uma mídia digital, entre outros – qualquer que tenha sido o suporte e formato utilizado para registrar conhecimentos de uma sociedade de uma geração para a outra, este pode ser considerado documento. Como documento, é também parte da memória daquele momento e grupo social, parte da razão de ser de determinado grupo e justificativa para acontecimentos e forma de entender o presente, a partir do passado. (ARAÚJO, 2020, p.83).

Se a variedade de elementos citados correspondem a um documento, fica explícita sua abrangência. Não obstante, de acordo com Rodrigues (2016, p.113) para definir um material como patrimônio documental deve-se considerar os seguintes fatores: a autenticidade e singularidade, esteja o item incorporado ou não a uma coleção. Faz-se necessário aplicar algumas peculiaridades quanto tratamos do processo de definição de um documento como patrimônio, devido a amplitude. Incorporando ainda uma missão de caráter informativo, considerando que todo documento possui uma referência seja social, política, científica ou cultural para delimitar e estabelecer preceitos que são essenciais principalmente para a valorização do bem.

5.1.2 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO

Comumente, o bibliográfico e documental são expostos em um nicho único, inegável é a relação de ambos, os materiais bibliográficos são dados como um documento, ainda assim possuem características únicas ou que extrapolam a usual alocação de um bem documental. O

reconhecimento desses materiais tem um contínuo progresso no âmbito da legislação brasileira, brilhantemente os profissionais da ciência da informação estão cada vez mais viabilizando destaque para o tema, com esforço para ganhar notoriedade de autoridades governamentais para o desenvolvimento de novas políticas públicas e incentivos fiscais.

As tensões políticas e sociais ao longo da história do Brasil influíram no surgimento de normas legais para a proteção do patrimônio cultural e suas diferentes modalidades. Com o patrimônio bibliográfico não foi diferente. As políticas culturais de promoção da leitura, de acesso a bibliotecas públicas e de resgate das fontes sobre a história do País se confundiram com os propósitos e as necessidades de proteção jurídica dos bens impressos. (SANTOS; REIS, 2018, p.230).

O tombamento de itens ou acervos compostos por bens bibliográficos estão frequentemente atrelados e classificados como obras raras, a raridade aqui tratada não está exclusivamente ligada a quantidade de exemplares mas sim com a concepção de particularidades e conjuntura do item.

O tombamento de um acervo bibliográfico, ou de uma coleção ou segmento dentro de um acervo, deveria estar diretamente relacionado à identidade deste acervo. Esta identidade é resultado de uma teia de relações, composta de diversos aspectos intimamente relacionados: dentre aqueles tradicionais da Biblioteconomia de Obras Raras, destacando e acrescentando a proveniência de suas coleções e seus itens (seus doadores ou antigos donos), a história de suas coleções, a história de seus doadores, seu papel e importância dentro do acervo, sua importância e singularidade em relação a outros acervos da mesma área, sua relação com a instituição, com sua missão e sua história. (NAPOLEONE e et al. , 2016, p.204)

Nem toda obra catalogada como rara pode ser classificada como bem patrimonial tombado em âmbito nacional. Peças com determinadas características podem ser consideradas mais exclusivas, ganhando proporção e importância extraordinária ao longo do tempo, como por exemplo: marcas de leitura, agradecimentos, dedicatórias e *ex libris*.

São inúmeros os desafios para o reconhecimento dos materiais e este é o passo inicial para a preservação dos itens. Os obstáculos são enfrentados por diversos países que almejam a salvaguarda dos materiais, no Brasil contamos com o trabalho da Fundação Biblioteca Nacional em colaboração com profissionais qualificados que desenvolveram projetos precursores no âmbito das obras raras e catálogos bibliográficos. De acordo com Pereira (2020, p. 224):

[...] a iniciativa da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) com a criação de um programa – Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR) com objetivo principal de identificar instituições possuidoras de acervos raros e a construção de um catálogo coletivo – Catálogo do Patrimônio Bibliográfico

Nacional (CPBN), gerenciado pelo PLANOR, com a função de abrigar os registros bibliográficos relevantes para a cultura nacional.

Os programas mencionados são de extrema importância e devem ser amplamente divulgados para não serem descontinuados. O acesso a seleção de peças e informações complementares estão disponibilizadas no portal eletrônico da biblioteca, que conta ainda com um sistema de busca que fornece dados como título, descrição física, notas, imprensa e a instituição na qual o bem está alocado.

5.1.3 DEFINIÇÕES NA LITERATURA SOBRE PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL

Existe uma variedade de estudos que incluem publicações acadêmicas e científicas sobre uma mesma temática, isso pode ocorrer por uma visão política, social ou até mesmo por se tratar de um estudo de caso. Em resumo, são disponibilizadas uma gama de informações, cabe ao pesquisador analisar o contexto, descrição e objetivos que cada autor propôs em seu trabalho. Ao definir o escopo de um projeto expõem-se a necessidade de trazer definições sobre os tópicos de estudo para compreender as linhas de pesquisa. Pela grande abrangência de conceitos sobre os patrimônios bibliográficos e documentais é necessário estabelecer instruções regulamentadoras. Algumas definições de patrimônio documental e bibliográfico estão sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Definições isoladas sobre patrimônio documental e bibliográfico.

Definição Patrimônio Documental	Fonte
Faz parte do patrimônio documental o que nos distingue e nos dá a nossa identidade. Por patrimônio, devemos entender uma série de bens culturais herdados do passado e criados pela própria geração, pois patrimônio documental não se refere apenas a documentos e livros antigos, mas a todos os documentos que possuem um caráter único e valioso, a partir do presente ou do passado, como legado também pode ser algo que estamos criando e deixaremos para as gerações futuras.	Zamora (2009)
Conjunto de práticas culturais escritas são coletivamente referidos como patrimônio documental. Em outras palavras, o patrimônio documental é muito mais amplo do que textos, livros	

<p>impressos e manuscritos e qualquer trabalho criado ativamente (como documentos de arquivo), e inclui qualquer objeto que contenha inscrições ou informações antropológicas, como um objeto de museu.</p>	<p>Jaramillo e Marín-Agudelo (2014)</p>
<p>Pelo conceito difundido pelo Programa Memória do Mundo, trabalhando com o pressuposto de que o patrimônio documental corresponde à memória coletiva dos povos, documentada por eles mesmos, pertencente às características culturais e históricas próprias, o que confia a estes conjuntos documentais a importante participação na permanência das identidades e das memórias dos povos do mundo.</p>	<p>Crivelli e Bizello (2015)</p>
<p>Inclui documentos de valor significativo e duradouro para uma comunidade, cultura, nação ou humanidade como um todo, cuja deterioração ou perda seria prejudicial. Características significativas desse patrimônio só podem se tornar aparentes com o tempo. É de importância global e responsabilidade de todos e deve ser totalmente preservado e protegido para todos, com a devida consideração e reconhecimento dos costumes e práticas culturais.</p>	<p>Beffa e Napoleone (2017)</p>
<p>Definição Patrimônio Bibliográfico</p>	<p>Fonte</p>
<p>O patrimônio bibliográfico inclui obras de fundo antigo, manuscritos, todas as obras e histórias únicas, literatura, fontes legais, placas e gravuras antigas, obras raras ou mesmo únicas pelas suas características: ilustrações, pergaminhos, desenhos, gravuras e miniaturas.</p>	<p>Álvarez (1998)</p>
<p>Livros e textos impressos constituem um patrimônio bibliográfico, parte de um objeto mais amplo cuja característica essencial é o registro de dados.</p>	<p>Jaramillo e Marín-Agudelo (2014)</p>
<p>Patrimônio de bens culturais bibliográficos (manuscritos, incunábulo, livros, periódicos, mapas, brochuras e livros de referência) cuja raridade reconhece o seu valor para a história e memória do país ao longo dos séculos e que foram compilados, publicados e utilizados pelos cidadãos no seu território. O patrimônio bibliográfico nacional inclui também obras brasileiras criadas neste país por escritores estrangeiros e publicadas no exterior, bem</p>	<p>Santos e Reis (2018)</p>

como publicações de origem estrangeira, que integram os acervos das primeiras bibliotecas brasileiras que colaboraram diretamente no desenvolvimento intelectual deste país.	
--	--

Fonte: Autoria Própria.

Nota-se que todos os autores ressaltam a importância cultural e histórica para um povo para a definição de patrimônio documental, apresentando livros e manuscritos como itens que o compõem. No caso do patrimônio bibliográfico os autores trazem mais exemplos de itens que podem compor um acervo, como: livros, manuscritos e materiais impressos. Mesmo ao abordar de forma singular cada classe patrimonial é possível elencar os itens patrimoniais e bibliográficos, por isso outros autores abordam de forma conjunta estes conceitos, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Definições concomitantes sobre patrimônio documental e bibliográfico.

Definição Patrimônio Documental e Bibliográfico	Fonte
O patrimônio bibliográfico e documental inclui obras raras e outros documentos mais recentes, relevantes ou regionalmente raros. Diversos tipos de documentos podem ser elencados como patrimônio bibliográfico e documental.	Napoleone, Scarpeline e Beffa (2022)
Patrimônio bibliográfico é uma unidade conceitual pertencente à categoria de patrimônio documental, que por sua vez é outro aspecto importante do chamado patrimônio material, conceito interno ao patrimônio imaterial, entendido como cultura e herança cultural.	Greenhalgh, Santiago e Corrêa (2021)
Para denominar um documento bibliográfico e documental, devemos conhecer sua história e sua relação com a instituição e/ou seus atores, pois é uma sinergia necessária. Se tiver sido produzido ou acumulado no âmbito das atividades de uma pessoa singular ou coletiva, deve ser classificado como documento de arquivo e pode ser considerado patrimônio documental. Livros, manuscritos, fotografias e mapas podem ser considerados, dependendo do contexto em que são encontrados.	Werneck et al. (2020)

<p>A partir de alguns conceitos e questões referentes ao patrimônio cultural sob a ótica da biblioteconomia, o patrimônio bibliográfico e documental pode ser entendido como artístico, histórico, cultural, folclórico, educacional, espiritual e científico, por exemplo. Um relato fiel do desenvolvimento das sociedades e que se realizou em manuscritos, impressos, suportes de dados audiovisuais, documentos eletrônicos. Com o objetivo de registrar, transmitir, preservar e distribuir as informações neles contidas.</p>	<p>Peña (2013)</p>
--	--------------------

Fonte: Autoria Própria.

As publicações mais recentes abordam o bibliográfico e documental como coexistentes. Os conceitos abordados incluem autores brasileiros e internacionais. Alguns países ganham destaque, a Biblioteca Nacional da Colômbia é encarregada de salvaguardar e promover o patrimônio bibliográfico e documental dos colombianos. Atualmente é responsável por planejar e traçar políticas relacionadas à promoção e incentivo à leitura e coordenar o funcionamento de mais de 1.500 bibliotecas que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas do país, além da atuação constante em simpósios e ciclos de palestras sobre o tema (BNC, 2022). As bibliotecas nacionais do México e Espanha, trabalham com vastos catálogos de bens patrimoniais bibliográficos e documentais e operam com a conservação preventiva entre instituições.

5.1.4 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ACERCA DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL

As legislações instituídas no Brasil abordam o patrimônio bibliográfico e documental de forma bastante ampla. Em 30 de novembro de 1937, o Decreto de Lei nº25 estabeleceu que o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seria de interesse público seria denominada de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 1937). Observa-se que apesar de compor o patrimônio histórico e artístico do país, os bens bibliográficos e documentais mencionados pela legislação brasileira, como as citações acima não são detalhadas, infelizmente ocorre a falta de caracterização do que compõem esse tipo de espólio e em que circunstâncias tornam-se patrimônio.

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público,

quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei. (BRASIL, 1937)

Com o passar de mais 60 anos, a Constituição Federal traz:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; (BRASIL, 1998)

O desenvolvimento de leis, políticas e instrumentos de proteção ao patrimônio bibliográfico no Brasil operam com qualificadores vagos. Constatamos que as leis patrimoniais são antigas e precisam ser aprimoradas para contemplar plenamente a diversidade de bens culturais do país. No caso particular dos bens culturais de natureza bibliográfica, a regulamentação é restritiva por tratar essencialmente do Depósito Legal e do controle de circulação de livros raros. Os documentos constitucionais para a proteção do patrimônio cultural não tratam adequadamente dos bens guardados nas bibliotecas. A falta de um conceito regulamentado acerca do patrimônio bibliográfico dificulta o desenvolvimento de normas, diretrizes e ferramentas de conservação específicas para proteger coleções valiosas. Portanto, ainda não conseguimos determinar definitivamente os títulos, autores e edições mais icônicos para moldar a memória impressa deste país. (SANTOS e REIS, 2018, p.253)

5.1.5 BIBLIOTECAS E O PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO

A ideia de que as bibliotecas são locais de salvaguarda de coleções é de senso comum para a maioria das pessoas, entretanto, prestam serviços de acesso à informação e dispõem de uma estrutura interna complexa para seu pleno funcionamento, vale destacar ainda que tratamos aqui não somente do espaço físico em si, como edificações, mas também sobre estrutura organizacional, com gerência de acervos, alimentação de bases de dados, mecanismos de acessibilidade e acesso ao público, entre outras atribuições.

Ao analisar a trajetória das bibliotecas, no que se refere ao seu papel cultural, nota-se dois pontos centrais: são lugares de memória nacional, na medida em que sua configuração política e técnica requerem que ela seja o espaço de ordenação das políticas do Estado e da manifestação da sociedade em suas demandas culturais; são lugares de preservação do patrimônio intelectual porque concentram em sua estrutura uma história da cultura e das idéias de um povo. (ANDRADE, 2009, p.17).

Segundo Santos (2010, p.51-52) “No Brasil, a história das bibliotecas até o início do século XIX pode ser resumida em três etapas sucessivas. Inicia-se com as bibliotecas dos Conventos e Particulares, passa-se pela fundação da Biblioteca Nacional e chega-se até à criação da Biblioteca Pública da Bahia. ” essa última citada foi a primeira biblioteca pública do país, idealizada e fundada posteriormente ao desembarque da Família Real Portuguesa na cidade de Salvador. As bibliotecas desempenham um papel essencial desde sua constituição, operando também na identificação, alocação, preservação e restauração de bens, estejam estes dispostos em instituições particulares ou públicas, atuando como guardiões da cultura e memória coletiva.

Napoleone (2016, p.203) afirma que:

Livros e bibliotecas não estão expressamente incluídos como elementos de patrimônio cultural no ordenamento jurídico nacional e em convenções internacionais. Essa lacuna tem consequências na gestão de acervos bibliográficos e na preservação da memória institucional e histórico-cultural.

O valor histórico quase sempre é o aspecto que prepondera em uma biblioteca para a definição de livros raros, as obras podem ou não fazer parte de algum tipo de coleção. Geralmente esses bens não possuem muitos exemplares, o que pode influenciar ainda mais no aspecto e dimensionamento de raridade, entretanto, não pode ser considerado um fator determinante quando falamos de livros. O desenvolvimento de coleções consiste em um sistema intrincado, a iniciar pela aquisição e implementação da conservação, colocando em prática a elaboração de um catálogo próprio da coleção ou catálogo geral. Assim sendo, as formas clássicas de itens a serem considerados bens patrimoniais muitas das vezes estão relacionadas com o número de exemplares, antiguidade e singularidade desses materiais. A função das bibliotecas na preservação dos acervos históricos no âmbito das instituições de caráter público, para desenvolvimento de pesquisas e resgate de elementos da história cultural, torna-se cada vez mais evidente.

Na missão da Biblioteca Nacional transparece o entendimento de um patrimônio bibliográfico nacional composto por obras produzidas em território nacional e/ou cujo tema se refira ao país, independentemente de suporte físico, ou

seja, reconhece diferentes gêneros documentais como parte integrante deste conjunto, como livros, manuscritos, documentos audiovisuais, cartográficos, iconográficos etc. Salienta, ainda, a permanente atualização deste acervo, que se dá, em grande parte, via depósito legal, e o reconhece como patrimônio nacional. (RODRIGUES, 2016, p.122).

Além do Depósito Legal, a aquisição e seleção de materiais seguem regras pré estabelecidas pelas próprias bibliotecas ou adotam medidas divulgadas por órgãos reconhecidos na área, basicamente seguem a linha de atuação de uma biblioteca podendo essa ser escolar, universitária, especializada ou outra. Com base nisso, já se limitam os títulos e os demais materiais a serem adquiridos, podendo ocorrer mediante orçamentos e compras ou por doações. O espaço de alocação, preservação, controle de manejo e peculiaridades de exemplares são mais alguns aditivos para todo o processo.

Quanto a sua evolução tecnológica, podem ser tradicionais, automatizadas ou digitais. Quanto à finalidade, podem ser nacionais (guardiãs da memória gráfica brasileira), escolares (atendem estudantes e professores dos ensinos fundamental e médio), especializadas (atendem a diferentes instituições e/ou categorias profissionais), universitárias (atendem estudantes e profissionais do ensino superior), especiais (atendem pessoas com necessidades especiais), infantis (atendem crianças), comunitárias (criadas para atender a comunidade sem a iniciativa e manutenção do poder público) ou públicas. (RIBEIRO, 2013, p.58).

Segundo Ogbu e Oche (2021, p.12-16, tradução nossa) os principais desafios na gestão de recursos culturais em bibliotecas são: a quantidade volumosa de recursos, custo técnico e financeiro de digitalizações, destruição contínua de recursos culturais, inventário inexistentes ou defasados, falta de divulgação, colaboração entre as instituições, incapacidade do governo de reconhecer o papel das organizações atuantes no setor de patrimônio cultural, desenvolvimento de políticas ambientalmente sustentáveis além de estratégias com recursos administrativos e financeiros que visam a promoção da gestão de acervos culturais em bibliotecas.

A virtualização das bibliotecas e seus acervos faz parte da atualidade, a internet possibilita a realização de serviços remotos por parte do público e funcionários, a automatização de processos ganha destaque, como por exemplo: máquinas de autoatendimento para efetuar empréstimos e esteiras automáticas para captação de devolução de materiais. Apesar das vantagens, os problemas são listados e exigem atenção.

Por outro lado, convém assinalar que milhões e milhões de livros foram digitalizados e convertidos em dados eletrônicos recebidos por uma espécie de biblioteca virtual. A Universidade da Virgínia e o chamado Projeto de Gutenberg, para mencionar apenas dois conhecidos patrocinadores de livros eletrônicos, oferecem pela internet milhares de clássicos em diferentes idiomas. Essas

bibliotecas de traços futuristas, no entanto, não estão a salvo. Dezenas de *hackers*, ou piratas informáticos, tentam atacá-las constantemente para destruir seus arquivos. Não está longe o dia em que no lugar de fogo os biblioclastas utilizaram programas informáticos destrutivos, limpos e devastadores. A internet, sem dúvidas, foi um primeiro passo para a globalização do conhecimento e possivelmente tornará mais difícil o trabalho de destruidores de livros, mas não impedirá que a censura aos grupos promova a destruição dos centros de armazenamento de dados. A destruição dos livros está longe de acabar. (BÁEZ, 2006, p.320-321).

As bases de dados que disponibilizam livros virtuais e outros tipos de documentos apresentam um empecilho quase que unânime, o valor de suas assinaturas, expondo outra mazela das bibliotecas brasileira: a falta de verba, desencadeando uma série de ações que podem se tornar fatais para as instituições e seus acervos. O custo dos processos para virtualização de bibliotecas é elevado, principalmente quando tratamos de bibliotecas que muitas das vezes possuem orçamentos limitados, como as bibliotecas públicas, por exemplo. Investimento em equipamentos modernos e adequação dos espaços físicos são algumas demandas que acompanham essa transição.

Para refrear as perdas patrimoniais é preciso mapear as principais causas dos acidentes é de extrema importância, existem inúmeros fatores que podem promover esse tipo de ocorrência, seja por causas naturais como por exemplo: deslizamentos, enchentes ou até mesmo infestações de insetos, principalmente os que são conhecidos por bibliófagos, quando tratamos de materiais bibliográficos. As duas primeiras situações muitas das vezes são imprevisíveis e não se pode criar um plano de ação que seja muito eficaz, a contingência para as infestações por insetos são amparadas por planos de contingência mais estudados, divulgados e adotados pelas bibliotecas e demais instituições, estes insetos podem ser atraídos por papel, cola e cera, por exemplo.

Os acidentes que causam perdas de itens importantes de valor material e cultural são fatalidades que devem ser evitadas com um Plano de Gestão de Risco, devendo ser elaborado e adotado como medida cautelar com o intuito de prevenir e remediar danos. Acontecimentos ocorridos em instituições de renome geram sempre uma repercussão maior, o que é compreensível se pensarmos pelo porte e magnitude de seus prédios e acervos, por outro lado, fica o questionamento da real importância de acervos minoritários que estão sob curatela de entidades menores.

Vale destacar que certos incidentes são causados por simples ações humanas, o manejo incorreto dos materiais ao longo do tempo pode causar prejuízos ao item. Outras ações mais complexas e até mesmo brutais como as guerras, períodos de censura e perseguições apresentam cenários devastadores, afetando bens patrimoniais e ferindo os

direitos humanos. Possuindo o poder de a cada instante serem mais destrutivas, ganhando proporções inimagináveis e em muitos casos a interferência de organizações governamentais é bem mais intrincada, ultrapassando até mesmo questões éticas e morais adotadas pelas sociedades. Segundo Marques (2019, p.8) “As guerras constituem, de fato, alguns dos maiores desafios encontrados por livros e bibliotecas na tentativa de persistir ao tempo. A destruição aos materiais bibliográficos é denominada biblioclastia; esta pode decorrer de guerras e/ou de eventos de outra espécie.”

Casos que envolveram perdas patrimoniais não são exclusividade do mundo moderno, diversas perdas são datadas desde a idade antiga. A tabela a seguir cita acontecimentos que culminaram na ruína de alguns materiais.

Tabela 1 - Lista de ocorrências.

Idade Antiga	
Oriente Médio	Destruição de livros na Suméria
	Ebla e as bibliotecas sepultadas da Síria
	As bibliotecas da Babilônia
	Biblioteca de Assurbanipal
	Os livros dos misteriosos hititas
Egito	O Ramesseum do Egito
	A queima de papiros secretos
	As Casas da Vida
	Os escritos proibidos de Tot
Grécia	Destruição dos poemas de Empédocles
	Censura contra Protágoras
	Destruição do templo de Artemisa
	Biblioteca de Alexandria
	Biblioteca de Pérgamo
	Desaparecimentos de obras de Aristóteles
Israel	Tábuas da Lei
	O livro de Jeremias

	Os manuscritos do Mar Morto
China	Destruição por Shi Huandi
	Perseguição de textos budistas
Roma	Censura e perseguição no Império
	Os papiros queimados de Herculano

Fonte: Elaborada pela autora com base em Báez, 2006.

Com o passar dos anos podemos citar mais algumas eventualidades que causaram desastres e perdas bibliográficas. De acordo com Santiago e Ferrino (2021,p.125) “Assim como outras tipologias de bens culturais, os itens bibliográficos foram e ainda são colecionados, traficados, censurados, destruídos e expostos a todo tipo de vulnerabilidade.”. Posto isto, livros foram e ainda são extintos, bibliotecas bombardeadas por conflitos mundiais que ocasionam consequências multipolares, como apresentado no quadro abaixo.

Quadro 3 - Episódios ocorridos durante o século XX.

Guerra Civil Espanhola
Bibliocausto nazista
Segunda Guerra Mundial

Fonte: Elaborado pela autora com base em Báez, 2006.

No Brasil, alguns acontecimentos dataram a perda de uma diversidade de bens patrimoniais, ao contrário do que foi apresentado no quadro anterior, não tem-se históricos de guerras ocorridas nos últimos anos, entretanto, desastres naturais, incêndios e furtos causaram a ruína de bens patrimoniais. O caso do Museu Nacional, que é vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi de grande destaque.

Um grande incêndio, que aconteceu durante a noite de domingo, 2 de setembro de 2018, destruiu a mais antiga instituição científica brasileira e o museu mais antigo do país. Com um acervo de 20 milhões de peças, o Museu Nacional, localizado na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, foi criado por D. João VI e completou 200 anos em 2018. Tombado pelo patrimônio histórico o edifício foi residência da família Real e Imperial brasileira. O incêndio durou seis horas e sua causa é desconhecida. (CUNHA, 2019, p.01).

Durante anos o país enfrentou mais incidentes que tornaram-se prejudiciais aos seus acervos, no período de mais de 20 anos são relatados os seguintes acontecimentos:

Em 27 de janeiro de 1957, um incêndio na Cinemateca Brasileira, localizada na cidade de São Paulo, a fez perder quase todo o seu acervo, este composto de clássicos do cinema, os primeiros documentos cinematográficos nacionais, documentários cobrindo um longo período da história do Brasil, além de material estrangeiro proveniente da Alemanha, Rússia, França, Itália, Japão e Estados Unidos. Outros três incêndios foram registrados na cinemateca, em 1969, 1982 e 2016. (BOCHNER, 2018, p.245)

As principais fontes jornalísticas do país noticiaram os prejuízos causados ao patrimônio por consequência de diversos fatores. Os desastres supracitados são exemplos, entre muitos outros, que causaram a perda de itens valoráveis e que afetam diretamente a esfera histórica, artística e científica. O Brasil conta com mais um agravante quando tratamos de prejuízos ao patrimônio bibliográfico e documental: “[...] grande parte da história do País se perdeu ora por estar registrada apenas no intelecto dos que já se foram ora por constar de documentos em precário estado de conservação” (YAMASHITA; PALETTA, 2006, p.175). Ações preventivas devem ser implementadas com urgência, com o objetivo de se evitar maiores danos patrimoniais aos bens patrimoniais que representam um povo, bem como sua memória social.

A área da biblioteconomia é uma importante aliada junto a outros profissionais que trabalham com as ciências da informação, em maioria são desenvolvidos trabalhos em conjunto entre esses profissionais. Todavia, muitos não conhecem as atribuições e o papel de extrema importância que é desenvolvido, a função da biblioteconomia é singular dentro das bibliotecas, perpassando pela organização de acervos, serviços de empréstimos e devolução. Para ajudar a desconstruir esta ideia limitada é preciso partir da origem da formação desses profissionais no país.

O reconhecimento legal da profissão só ocorreu posteriormente em 1962 com a aprovação da Lei 4.084 que dispõe sobre o exercício da profissão (JOB; OLIVEIRA, 2006). A formação inicial dos bibliotecários no Brasil passou por mudanças ao longo dos anos, os componentes curriculares são alvos frequentes de tentativas de reformulação, não por conter conteúdos não agregadores mas sim pela necessidade de adequação dos futuros profissionais no âmbito da biblioteconomia.

No início o bibliotecário desempenhava um papel de guardador - conservador do conhecimento. Com o aumento da massa documental e as necessidades seletivas do usuário no universo da informação, o bibliotecário transferiu seu foco de atividades de guarda para o de domínio de assunto, conteúdo do documento (informação). (PAIVA, 1990 apud EGGERT; MARTINS, 1996, p.46).

Como na maioria das profissões, mudanças foram necessárias, visando a adequação às demandas do mundo moderno e as funções cada vez mais extensas ligadas ao tratamento de

informações, predominantemente ligadas aos serviços nas bibliotecas sejam estas presenciais ou de forma remota. As bibliotecas precisam ser geridas corretamente e contar com funcionários capacitados para atender demandas internas e externas. A interdisciplinaridade dos bibliotecários é importante para compreender todas as vertentes impostas para manejo e conservação de bens patrimoniais, ressaltando que ao tratar de manuseio não necessariamente limitamos ao ato de manipulação dos itens mas sim dos processos como um todo, o trabalho inicial de reconhecimento e identificação até a alocação e preservação dos materiais.

Sobre obras raras e bibliotecários:

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito à necessidade do bibliotecário conhecer a constituição do acervo sob sua responsabilidade. Mesmo que nem todos os acervos contenham obras raras, é importante que um bibliotecário também saiba identificar se uma obra é rara ou não, para que não se corra o risco de perder importantes obras por não terem sido identificadas e não terem recebido os cuidados necessários. (FERNANDES; SILVA, 2014, p.8).

Para Fernandes, é oportuno elencar a relação dos profissionais da ciência da informação com as obras raras e ainda vincular ao contexto no qual estão inseridas.

As obras raras, na realidade, podem ser conceituadas, em duas grandes categorias: obras comprovadamente raras e obras circunstancialmente raras. Na primeira categoria encontram-se obras que se enquadram no critério cronológico, ou seja, obras que abrangem determinado limite histórico. Neste caso, é possível citar os manuscritos ou os incunábulo, por exemplo. As obras circunstancialmente raras são aquelas que se enquadram em critérios preestabelecidos por instituições ou colecionadores, podendo não ser consideradas raras em outros contextos. Como se vê, são muitos os critérios que podem determinar a raridade de um livro. No Brasil, por exemplo, entre os critérios de raridade de uma obra estão as obras publicadas no século XIX, a partir da criação da Imprensa Régia, as primeiras obras impressas de conjunto bibliográfico, como coleções de primeiros números de diversos períodos, características bibliográficas de obras produzidas artesanalmente, independente da época de sua publicação, etc. (FERNANDES; SILVA, 2014, p.8-9).

O tempo é um fator aterrador, “[...]É interessante observar quão pouco é preciso para que não apenas algo desapareça, mas também o registro de sua existência: basta algum desinteresse e a passagem do tempo – não muito tempo.”(REIFSCHNEIDER, 2013, p.154). Tem-se como meta manter a forma o mais original possível da obra que compõem o acervo, no entanto, com o passar dos anos talvez seja inevitável a ação de alguns agentes, se pensarmos no caso dos livros, o papel composto por matéria complexa e sensível, até mesmo a tinta de escritas ou de impressões podem gerar reações, então transferimos o objetivo de prevenir para o de remediar ao máximo os danos que podem surgir.

6 METODOLOGIA

A pesquisa exploratória é a etapa inicial na pesquisa científica com o propósito de fornecer mais informações sobre um determinado tema, facilitar a delimitação da temática a ser trabalhada, principalmente quando bibliográficas. Definir objetivos, formular hipóteses de pesquisa ou descobrir novas abordagens para o trabalho planejado (ANDRADE, 2010). Portanto, o objetivo da pesquisa busca guiar os primeiros passos que um pesquisador deve dar atenção ao começar um trabalho.

A matriz desse estudo consiste em uma análise bibliográfica e documental acerca do tema definido como alvo do estudo, adotando a metodologia qualitativa, não se fazendo necessária o desenvolvimento de experimentos científicos para análise e coleta de dados. De acordo com Oliveira (2007, p.65), “[...] esse tipo de pesquisa desenvolve estudos que dão uma visão geral do fato ou fenômeno estudado. Em regra geral, um estudo exploratório é realizado quando o tema escolhido é pouco explorado, sendo difícil a formulação e operacionalização de hipóteses [...]”.

A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, dicionários e artigos científicos. Pode-se afirmar que grande parte dos estudos exploratórios fazem parte desse tipo de pesquisa e apresentam como principal vantagem um estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente ao fato/fenômenos da realidade empírica. (SANTOS apud OLIVEIRA, 2007, p.69).

A pesquisa documental foi escolhida como forma de complementar as informações, os instrumentos para coleta de dados oferecem resultados de acordo com suas configurações, para o caso de uma pesquisa que demande menor complexidade é aplicável a utilização de reportagens para rápida descrição e elucidação dos ocorridos. Para Oliveira (2007, p.69):

Bastante semelhante à pesquisa bibliográfica, a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação.

A metodologia expressa-se através de um método científico, sendo uma ferramenta utilizada por cientistas que por meio da pesquisa, almejam conhecer, compreender e refletir sobre o objeto de estudo. Segundo Oliveira (2007, p.64), é por meio da realização de pesquisas que é possível gerar novos conhecimentos ou aprofundar no que já está estabelecido, pode-se dizer que a pesquisa é tão antiga quanto a própria evolução do ser

humano, a sistematização do conhecimento se formou em todas as fases da história humana, a pesquisa é apenas um estudo teórico, não há experimentos para testar hipóteses ou variáveis.

As informações coletadas são analisadas de acordo com o cenário que estão inseridas e guiadas pelo escopo do tema. Para realização de tal feito é preciso entender os tipos de pesquisa que estão disponíveis e quais atendem a situação, a metodologia é dividida em duas principais vertentes de pesquisa: a qualitativa e quantitativa. Cada método possui sua especificidade, cabe ao pesquisador analisar qual atenderá mais afincado às suas necessidades.

O qualitativo baseia-se mais na compreensão do pesquisador, já o quantitativo trabalha com dados mais enumerados e específicos para o nicho de estudo, em suma maioria com a utilização de sensores, por exemplo. Em resumo é um trabalho que abrange dados estatísticos, já o primeiro método citado enfatiza em contemplar e interpretar o cenário, seja ele para ações passadas, presentes ou futuras, sendo isoladas em um tempo ou interligadas entre si.

Alguns autores fazem ponderações sobre qual destes é melhor para o desenvolvimento de uma pesquisa, entretanto, os dois métodos podem apresentar limitações em certo ponto do estudo, bem como algumas semelhanças, podendo convergir em um mesmo projeto. Muitos estudiosos validam a mesclagem dos métodos como uma forma de complementação e aprofundamento do objeto a ser estudado. O assunto em pauta não tem o objetivo de definir qual o método mais eficaz e sim salientar que cada forma de desenvolvimento é determinada de acordo com as ânsias de cada pesquisador.

Em suma, a questão não é colocar a pesquisa qualitativa versus a pesquisa quantitativa, não é decidir-se pela pesquisa qualitativa ou pela pesquisa quantitativa. A questão tem implicações de natureza prática, empírica e técnica. Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, coloca-se para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social. (GÜNTHER, 2006, p.207).

O desígnio da pesquisa qualitativa aborda e correlaciona os tópicos abordados durante a pesquisa mas não coíbe a coleta de dados quantitativos, onde seu maior propósito é a coleta de dados numéricos.

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou fator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objetivo de pesquisa. Os dados podem ser obtidos através de uma pesquisa

bibliográfica, entrevistas, questionários, planilhas e todo instrumento (técnica) que se faz necessário para obtenção de informações. (OLIVEIRA, 2007, p.60).

Em 18 de julho de 2022 foram elaboradas perguntas a respeito do patrimônio bibliográfico e documental que foram enviadas por meio de correio eletrônico para as unidades de bibliotecas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, situadas em Brasília, Rio de Janeiro, Fortaleza, Curitiba, Recife, Florianópolis, São Luís, São Paulo, Porto Alegre, Belém, Goiânia, Belo Horizonte e Salvador. Sendo o questionário uma ferramenta valiosa para se adquirir informações, para o incremento deste trabalho foram ponderados os tópicos abaixo:

1. Estimativa de itens que atualmente são tombados como parte do patrimônio bibliográfico e onde estão alocados.
2. Se a biblioteca possui algum item presente em seu acervo;
3. Se os itens estão catalogados e disponíveis para consulta na *Internet* ou em outro formato.
4. O acesso destes bens está disponível para acesso público?
5. O processo de solicitação para reconhecimento de um item como patrimônio pode ser feito pela população ou apenas por instituições? Como é feito?

A biblioteca do Iphan de Minas Gerais declarou que não possuem livros tombados a nível de patrimônio nacional, mas que detém livros classificados como raros pelos critérios da Biblioteca Nacional, localizados na Biblioteca Antônio Torres em Diamantina. Porém, não são tombados, ainda que o prédio da biblioteca seja. A Superintendência do Iphan no Ceará informou que não há acervo bibliográfico tombado pelo Iphan e quanto à solicitação de reconhecimento afirmaram que toda pessoa física ou jurídica pode peticionar, mediante proposta e posterior instauração do processo de tombamento.

Em São Paulo o acervo não contempla patrimônios bibliográficos e esclareceram que para um artefato ser tombado, o bem passa por um processo administrativo que analisa sua importância em âmbito nacional e, posteriormente, o bem é inscrito em um ou mais Livros do Tombo. Os bens tombados estão sujeitos à fiscalização realizada pelo Instituto para verificar suas condições de conservação, e qualquer intervenção nestes bens deve ser previamente autorizada. Sobre os questionamentos, a biblioteca da Superintendência de Goiás informou que não possuem no acervo bibliográfico nenhum item tombado.


Como réplica, o arquivo central do Rio de Janeiro enviou um arquivo anexo ao corpo do texto com a listagem de todos os processos de tombamento, desde o ano de 1938, nessa listagem há os bens tombados, indeferidos e em estudo. Alguns desses processos já estão disponíveis *online* pela Rede de Arquivos Iphan ou pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e que para as coleções há um inventário em cada processo de tombamento. Sobre o pedido de tombamento dos itens foi esclarecido que pessoas com inscrição física ou jurídica podem efetivar a solicitação, com mais informações disponíveis no portal da instituição.

Em relação ao patrimônio bibliográfico reconhecido pelo Iphan, de acordo com o exposto no Anexo A, podemos citar:

- I. Coleção Mário de Andrade;
- II. Torah constituída por nove rolos em pergaminho, sob a classificação de "Manuscritos IVRIIM";
- III. Sítio Burle Marx e sua coleção museológica e bibliográfica.

Em função do legado deixado pelo escritor brasileiro Mário de Andrade, nascido em 09 de outubro de 1893, a notoriedade de sua carreira, e aclamação por colegas e críticos, pode ser um dos motivos mais explícitos para o reconhecimento e preservação de alguns de seus bens adquiridos em vida. Conforme descrito no Anexo B, o tombamento do acervo do escritor Mário de Andrade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não é exclusivamente composto de obras bibliográficas, como disposto na descrição do assunto das imagens abaixo, obras de arte compõem a coleção junto com manuscritos e livros.

Figura 1 - Descrição do assunto da Coleção Mário de Andrade.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL RIO DE JANEIRO, D. F.	
354 - T. Iphan 111.01 02, São Paulo, P354,006	DISTRIBUIÇÃO
Assunto: Obras de arte, manuscritos e livros do espólio do escritor Mário de Andrade - São Paulo	

Fonte: Compilação do autor.¹

¹ Imagem cedida pelo Arquivo Central do Iphan - Seção do Rio de Janeiro.

A coleção de obras raras da Biblioteca Mário de Andrade está em apuração para tombamento. Segundo Amorim (2020, p.169) “O processo de tombamento em nível federal (IPHAN) está em andamento desde 2015, porém, ainda em estágio de Instrução.”, a autora elucida ainda que “A Biblioteca Municipal de São Paulo foi oficialmente instituída em 25 de fevereiro de 1925, durante a administração de Firmiano de Moraes Pinto, contando com o acervo da biblioteca da Câmara Municipal, com cerca de 15 mil exemplares.” (AMORIM, 2020, p.31-32). A biblioteca está localizada no centro da cidade de São Paulo e é a principal biblioteca pública da cidade.

Figura 2 - Prédio da Biblioteca Mário de Andrade.



Fonte: Juca Lopes, 2016.

A instituição incorpora uma memória histórica e cultural, que nos apresenta a sua historiografia relativa ao país e também se mantém viva pela sua atuação cotidiana que é

projetada pelos visitantes que percorrem os corredores dos andares repletos de prateleiras com livros de diversos gêneros literários (LOTTO, 2020).

Dessa maneira, a BMA está inserida internacionalmente pelo seu patrimônio bibliográfico e literário, podendo ser comparada a outras bibliotecas como a Biblioteca Britânica, Biblioteca Nacional da França, Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa, Staatsbibliothek de Berlim, Biblioteca Newberry de Chicago, Biblioteca Nacional Central de Florença, a Biblioteca Badmer de Genebra, Biblioteca Nacional de Madri ou ainda a Biblioteca Bodleian de Oxford, sendo membro institucional da Associação Internacional de Bibliofilia. (AMORIM, 2020, p.31-32).

A Biblioteca Mário de Andrade possui um dos maiores acervos de livros, mapas, multimídias e periódicos do país. Além do segundo maior acervo público do Brasil, riquíssimo em obras raras (BMA, 2022). A Figura 3 traz uma parte do acervo que compõe o espaço.

Figura 3 - Acervo da biblioteca.



Fonte: Juca Lopes, 2016.

Todas as bibliotecas e setores responsáveis pelas respostas obtidas informaram de forma semelhante ou idêntica sobre o processo de tombamento e quem pode iniciar a ação, divergindo apenas na complementação do esclarecimento, mesmo que não tenha sido comentado explicitamente nos parágrafos anteriores.

O mesmo questionário foi enviado para a Biblioteca Nacional de Brasília e como

resposta esclareceram que quanto ao tombamento histórico e oficial, não possuem livros tombados pelo Iphan e que por este motivo não há catálogo para pesquisa destes materiais. A listagem dos bens tombados a nível distrital se encontra disponível *online* na página² da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Sobre o acesso do público aos bens, reiteraram que não possuem nenhum item na biblioteca, mas caso tivessem, estariam alocados no setor de coleções especiais, com acesso restrito e aberto a visitação mediante agendamento. Sobre o tombamento dos itens declararam que pode-se requisitar o tombamento de itens seguindo o disposto na Portaria nº79, de 30 de setembro de 2015, no caso de bens materiais.

7 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

É de extrema importância compreender e saber que existe uma grande variedade de itens patrimoniais bibliográficos e documentais que compõem a história do país e do povo que o constitui, a salvaguarda desses materiais é a forma mais eficaz de assegurar este legado. É dever do Estado e do corpo social lutarem para a realização de tal feito, não se pode almejar um serviço eficiente de preservação patrimonial sem permear pelas esferas políticas e econômicas que funcionam como o cerne para ambicionar uma rede eficaz, é indispensável ter respaldo legal e recursos financeiros.

É imprescindível o exercício das normas estabelecidas, pois é ineficaz o respaldo jurídico se não colocado em prática. No Brasil as práticas de proteção patrimonial são arrastadas, tendo como fator agravante os percalços enfrentados nos últimos anos, acontecimentos que causaram prejuízos e perdas que deveriam servir como sinais de alerta, tendo como consequência o aprendizado e tomada de ações. Entretanto, acaba causando-se o efeito contrário, fomentando a desvalorização de conquistas e esforços já alcançados.

As temáticas vinculadas ao patrimônio bibliográfico e documental ganham destaque no âmbito da ciência da informação e são difundidas em diversos canais de comunicação, ainda assim, transpor a área de atuação para a sociedade é um desafio à parte. A fim de se conquistar a preservação e valorização do patrimônio nacional é necessária a divulgação e acesso aos acervos para promoção a apropriação cultural das pessoas, principalmente em um país que se instaurou a desvalorização cultural. A população tem poder para cobrar dos órgãos governamentais a salvaguarda do espólio patrimonial, almejando para o futuro a perpetuação da memória de uma nação.

² Acesso em: 06 de janeiro de 2023. Pelo endereço: <https://www.cultura.df.gov.br/patrimonio-material-2/>.

O uso da tecnologia na área de patrimônio proporcionou a expansão da gestão de acervos pois torna possível a guarda em outros suportes, como bases de dados e *software* de armazenamento em rede. A virtualização também viabilizou a necessidade de manutenção e atualização dos dados que pode ser realizada remotamente por pessoas autorizadas. É também um ótimo meio para a disseminação de informações, o acesso facilitado e rápido pelos usuários ganha cada vez mais destaque, promovendo a independência do usuário em processos de busca de materiais e pesquisas corriqueiras. Todo o aparato tecnológico envolve questões que demandam recursos financeiros, a manutenção de aparelhos é fundamental, a segurança é essencial para não ocorrer invasões cibernéticas e perdas de dados.

Não se pode focar apenas em inovações tecnológicas se temos que lidar com o desmonte de bibliotecas e demais instituições que são pilares importantes para toda a sociedade brasileira, pois suas ações excedem as paredes institucionais. Estas organizações são centros depositários do patrimônio, ao inativar esses espaços perde-se toda estrutura de organização, tratamento e disseminação de informações. Para Murguia e Yassuda (2007, p.66), “Além da coleção da biblioteca, o monumento arquitetônico, ou seja, o prédio, também é representativo da memória.”

Os acervos que as compõem podem ser alocados de forma incorreta e até mesmo descartados inadequadamente, para evitar tal acontecimento é preciso uma base legal consolidada com políticas públicas que estabeleçam diretrizes de âmbito nacional, servindo como guia para todas as instituições detentoras de bens patrimoniais.

É indispensável a atuação de profissionais qualificados para o tratamento correto do material e a disponibilização de informações que devem ser realizadas da maneira correta, seguindo os padrões da instituição e as propriedades de seu acervo. Os processos de identificação, catalogação e guarda são algumas etapas a serem seguidas, entretanto a atuação começa no reconhecimento dos itens como bens patrimoniais e sua importância. As atribuições dos bibliotecários continuam sendo norteadoras e corriqueiras para os bibliotecários e é válido destacar a importância das atividades de conservação e preservação do acervo. O local em que os bens patrimoniais serão guardados e até a maneira como são dispostos podem interferir na integridade do material, um estudo prévio deve ser realizado com o objetivo de precaver danos e perdas.

Compete especificar que todas as bibliotecas possuem bens patrimoniais como seu acervo em geral, mesas, cadeiras, estantes, objetos eletrônicos e decorativos, em geral tudo que se encontra dentro do estabelecimento compõe o patrimônio da instituição, entretanto tratamos aqui de bens que atendem os requisitos do seguimento bibliográfico e documental.

Se considerarmos trabalhoso o trâmite de aquisição de materiais, analise todos os aspectos envolvidos na definição de um bem como patrimônio, o processo de refugo dos materiais pode ser ainda mais complexo. Por isso a importância de diretrizes, educação patrimonial para a formação profissional para os que atuam na área e que transpasse para a população como um todo.

A educação patrimonial é essencial, no caso dos profissionais da área, atuando como uma especialização para aqueles que têm interesse em obter mais conhecimento sobre o assunto.

A Educação Patrimonial apresenta-se como a mais recente área em que o bibliotecário pode atuar, sendo que contempla o olhar questionador ao passado para que em seu resgate e compreensão sejam estabelecidos laços de pertinência entre aquele que 'vê' e aquilo que é 'visto'. Caracterizada pela inter-relação entre diferentes disciplinas, a Educação Patrimonial oferece ao bibliotecário identificado com as questões de memória e patrimônio histórico-cultural uma oportunidade de atuação profissional diferenciada da prática biblioteconômica, mas ao mesmo tempo profundamente relacionada à mesma. (CARTERI, 2004, p.34).

Mesmo que sendo pouco conhecida fora do círculo dos profissionais atuantes na área, a população também pode desfrutar da educação patrimonial, em um contexto um pouco diferente mas com o mesmo objetivo que almeja a preservação e disseminação do patrimônio. Para a população o projeto busca frisar a importância dos bens patrimoniais e os direitos que nos competem como um conjunto, especificamente como sociedade. Para muitos o que tange a temática, patrimônio é algo que compete apenas aos órgãos governamentais, estabelecendo uma barreira invisível que impede a atuação por parte dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Laís Silva. Biblioteca Mário de Andrade: a incorporação do patrimônio arquitetônico e cultural no urbano contemporâneo. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/61008>. Acesso em: 07 ago. 2022.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. x, 158 p. ISBN 9788522458561.

ANDRADE, Rosane Maria Nunes. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação-o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. **Patrimônio e memória**, v. 4, n. 2, p. 17-34, 2009. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/41>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ARAUJO, Jullyana Monteiro Guimarães. A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil. **Memória e Informação**, v. 4, n. 2, p. 75-97, 2020. Disponível em: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/132>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438 p. ISBN 8500016574.

BEFFA, Maria Lúcia; NAPOLEONE, Luciana Maria. **Patrimônio bibliográfico e bibliotecário: competências que perdemos ao longo do caminho**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/patrimonio-bibliografico-bibliotecario-competencias-que>. Acesso em: 06 jul. 2022.

BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE (Brasil). Acervos: Saiba mais sobre os acervos da Biblioteca Mário de Andrade. 15 jan. 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/acervos/index.php?p=22675>. Acesso em: 11 jan. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL DE COLOMBIA. Diez datos que debes saber de la Biblioteca Nacional de Colombia en sus 246 años. 30 dez. 2022. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/actividades/noticias/en-la-bnc/aniversario-246-bnc>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BOCHNER, R. Memória fraca e patrimônio queimado. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, [S. l.]*, v. 12, n. 3, 2018. DOI: 10.29397/reciis.v12i3.1611. Disponível em: <https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1611>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1998)]. Art. 216, 1998. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em: 8 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 30 nov. 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

CARTERI, Karin Kreismann. Educação patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável. **Informação & Sociedade**, v. 14, n. 2, 2004. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_584223b2f7_0013010.pdf. Acesso em: 07 ago. 2022.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 1093-1112, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 jul. 2022.

COSTA, M. J. M.; CONCEIÇÃO, V. P. DA; SANTOS, D. W. DOS; CUTRIM, K. D. G. O domínio patrimônio cultural na formação do bibliotecário: interseções e possibilidades de abordagem no Currículo do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. *ConCI: Convergências em Ciência da Informação*, v. 2, n. 3, p. 277-297, 22 maio 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/13711>. Acesso em: 6 jul. 2022.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandro. O lugar do patrimônio documental: Brasília e Fundo NovaCap. *Perspectivas em Ciência da Informação* [online]. 2019, v. 24, n. 02, p. 35-53. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-5344/3288>>. Acesso em: 14 dez. 2022. CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. ARQUIVOS PESSOAIS E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS REGISTROS MEMÓRIA DO MUNDO DO BRASIL-UNESCO. In: **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação**. 2015. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/188636>. Acesso em: 23 nov. 2022.

CUNHA, M. B. da. Um museu em chamas: o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, p. 1–3, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n1.2019.19354. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19354>. Acesso em: 6 jul. 2022.

EGGERT, Gisela; MARTINS, Maria Emília Ganzarolli. Bibliotecário. Quem é? O que faz? p. 45-48. **Revista ACB**, v. 1, n. 1, p. 45-48, 1996. Disponível em: <https://www.revista.acbsc.org.br/racb/article/view/310>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FERNANDES, Iandra Marcela Honorato; SILVA, Marcia Regina. Preservação e Conservação Documental: Formação e Atuação do Bibliotecário. **XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias-SNBU, Belo Horizonte**, 2014. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/379-2400.pdf>. 25 abr. 2022.

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. 2009. Disponível em: <https://www.ifla.org/past-wlic/2009/98-fernandez-es.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

GREENHALGH, Raphael Diego et al. Economia do crime e o patrimônio cultural e bibliográfico brasileiro: possíveis mudanças na Lei 5.471/68 e no Código Penal. 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/50860/Economia%20do%20Crime%20e%20patrimonio%20cultural%20e%20bibliogr%E1fico%20brasileiro.pdf;jsessionid=B391B58EE43BBC7975BC7093F81C0B54?sequence=2>. Acesso em: 3 jan. 2023.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, p. 201-209, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 jul. 2022.

HUGO, Marques. Clássicos serão excluídos da biblioteca da Fundação Palmares: Obras de Max Weber, Erick Hobsbawn, Nelson Werneck Sodré, Émile Durkheim, Raymond Aron, Caio Prado Jr., Simone de Beauvoir e outras serão doadas. [*S. l.*]: Veja, 20 jun. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/classicos-serao-excluidos-da-biblioteca-da-fundacao-palmares/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. **Profesional de la información**, v. 23, n. 4, p. 425-432, 2014. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003. Acesso em: 3 ago. 2022.

JOB, Ivone; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de bibliotecário no Brasil. 2006. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/327>. Acesso em: 3 ago. 2022.

JUCA, Lopes. Biblioteca Mário de Andrade: Fachada. 5 out. 2016. Disponível em: <http://jucalopes.com.br/arquitetura-biblioteca-mario-de-andrade/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

LOTTO, Andréa Isabel et al. A biblioteca Mário de Andrade: um espaço das histórias vivas. 2020. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26526>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MARQUES, Diana dos Santos. Biblioteca invisível: um estudo sobre a biblioclastia no contexto da guerra da Bósnia e Herzegovina (1992-1995). 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/12025>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, p. 65-82, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/KFbW3SCK4FRZjrsHDGbr4dn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2022.

NAPOLEONE, L.; SCARPELINE, R.; BEFFA, M. L. PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL EM SÃO PAULO: PERSPECTIVAS. **BIBLOS**, v. 35, n. 2, 2022. DOI: 10.14295/biblos.v35i2.12627. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12627>. Acesso em: 18 jan. 2023.

NAPOLEONE, Luciana Maria et al. Livros e bibliotecas como bens culturais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, p. 203-207, nov. 2016. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/615>. Acesso em: 07 ago. 2022.

OGBU, Kate Nkechinyere; OCHE, Nathaniel Agbo. LIBRARIES AS CULTURAL HERITAGE INSTITUTIONS: ISSUES FOR LIBRARIANS. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Nathaniel-Oche/publication/350106856_LIBRARIES_AS_CULTURAL_HERITAGE_INSTITUTIONS_ISSUES_FOR_LIBRARIANS/links/6051b303a6fdccbfeae63294/LIBRARIES-AS-CULTURAL-HERITAGE-INSTITUTIONS-ISSUES-FOR-LIBRARIANS.pdf. Acesso em: 07 ago. 2022.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007. 182 p. ISBN 9788532633774.

OLIVEIRA, Rayssa Ribeiro de. A importância do bibliotecário na preservação do patrimônio histórico e da memória social através da educação patrimonial. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24404>. Acesso em: 6 jul. 2022.

PEÑA, Juan Miguel Palma. Valores sociales y valores patrimoniales: elementos para determinar la significación del patrimonio documental. *Biblioteca Universitaria*, v. 16, n. 1, p.

33-45, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/285/28528266004.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PEREIRA, Sílvia Fernandes. O catálogo do patrimônio bibliográfico nacional (CPBN). **Memória e Informação**, v. 4, n. 2, p. 223-239, 2020. Disponível em: <http://memoriaeinformacao.casarui Barbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/140/98>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 3, p. 4-14, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654>. Acesso em: 11 jul. 2022.

PROVENZANO, L. K. Reflexões sobre o patrimônio bibliográfico. *Memória e Informação*, v. 4, n. 2, p. 173-192, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/153098>. Acesso em: 06 jul. 2022.

REIFSCHNEIDER, Oto Dias Becker. O Descaso Com Os Livros No Brasil–Breve História. 2013. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-458/item/108228-o-descaso-com-os-livros-no-brasil-breve-historia.html>. Acesso em: 14 dez. 2022.

REIS, Marivaldina Bulcão; CARVALHO, Kátia de. MISSÃO DO BIBLIOTECÁRIO: A VISÃO DE JOSÉ ORTEGA Y GASSET. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 34-42, mar. 2008. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/63>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

REZENDE, Maria Beatriz et al. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Sphan. **Dicionário Iphan de patrimônio cultural. Brasília: Iphan/DAF/Copedoc**, 2015. Disponível em: <http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022.

RIBEIRO, Alexsander Borges. Bibliotecas públicas do Brasil: um novo olhar. 2013. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/4107/Bibliotecas%20p%C3%BAblicas%20do%20Brasil%20um%20novo%20olhar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 dez. 2022.

RODRIGUES, M. C. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 110–125, 2016. DOI: 10.20396/rdbci.v14i1.8641846. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846>. Acesso em: 3 ago. 2022.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Bibliotecas nacionais e a preservação do patrimônio documental bibliográfico no âmbito dos países do MERCOSUL: estudos sobre o depósito legal no Brasil e na Argentina. 2016. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6197>. Acesso em: 06 jul. 2022.

SANTIAGO, Maria Claudia et al. O patrimônio bibliográfico como parte dos direitos da humanidade e sua proteção. 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/50859/2/O%20patrim%C3%B4nio%20bibliogr%C3%A1fico%20como%20parte%20dos%20diretos%20da%20humanidade%20e%20sua%20prote%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investig. bibl**, Ciudad de México, v. 32, n. 75, p. 223-259, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2018000200223&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 3 jan. 2023.

WERNECK, Alexandra; ACHILLES, Daniele; DE AZEVEDO, Fabiano Cataldo. Patrimônio bibliográfico brasileiro: um estudo sobre o acervo da biblioteca do Arquivo Nacional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 25, n. Especial, p. 01-18, 2020. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/425072/433091/73903-Texto-do-Artigo-283464-1-10-20201118.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022.

YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. **Arquivística, Rio de Janeiro**, v. 2, n. 2, p. 172-184, 2006. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2009/11/pdf_c835af3d2a_0006726.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

ANEXO A - SOLICITAÇÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO.



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento de Cooperação e Fomento

Ofício Nº 762/2022/DECOF-IPHAN

Ao Serviço de Informação ao Cidadão do IPHAN (SIC-IPHAN)

Assunto: Solicitação de acesso à informação do Fala.br

Referência: NUP: 72020.001814/2022-58

Prezados Senhores,

1. Em atenção à solicitação de acesso à informação do Fala.br (3670394), informamos que foi realizada consulta à equipe técnica do Centro de Documentação do Patrimônio e Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro, obtendo como resposta as informações abaixo, contidas no Ofício Nº 250/2022/ACI-RJ/DIVDOC/CDP/DECOF-IPHAN (3683325):

1. Quantos servidores atuam no IPHAN com cargo de bibliotecário de formação no período de 2020-2022:

No período de 2020 a 2022, o Iphan possuiu 21 servidores-bibliotecários atuando nas bibliotecas do CDP-BSB, CDP-RJ, Centro Cultural Paço Imperial, Biblioteca Iphan-CE, Biblioteca Iphan-PR, Biblioteca Iphan-PA, Biblioteca Iphan-SC, Biblioteca Iphan-ES, Biblioteca Iphan-MA, Biblioteca Iphan-SP, Biblioteca Iphan-RS, Biblioteca Iphan-PE, Biblioteca Iphan-GO, Biblioteca Iphan-RJ, Biblioteca Iphan-MG, Biblioteca Iphan-BA. Dentre esses 21 profissionais, 3 não atuam mais dentro do instituto, seja por exoneração à pedido ou por aposentadoria.

2. Em relação ao patrimônio bibliográfico reconhecido pelo Iphan, podemos citar:

- Coleção Mario de Andrade - processo de tombamento 1217-T-87

- Torah constituída por nove rolos em pergaminho, que integra o acervo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a classificação de "Manuscritos IVRIIM" - processo de tombamento 1425-T-98

- Sítio Burtle Marx e sua coleção museológica e bibliográfica - processo de tombamento 1131-T-84

- E, está em estudo, a coleção de obras raras da Biblioteca Mario de Andrade. processo de tombamento - 1741-T-15

2. A lista dos bens tombados pelo Iphan e dos processos em andamento pode ser consultada na [Página Iphan](#) (última atualização em 04 de julho de 2022).

3. Permaneço à disposição para maiores informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

ANEXO B - MINUTA DE AVISO DE TOMBAMENTO PELO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

MINUTA DE AVISO DE TOMBAMENTO DEFINITIVO, a ser publicada no Diário Oficial da União



O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN dirige-se a todos os interessados para lhes COMUNICAR que ocorreu o tombamento definitivo da Coleção Mário de Andrade do Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB/USP , produto de quatro Sub-Coleções distintas assim caracterizadas: Um – sub-coleção de Artes Visuais; Dois – sub-coleção de Arte Religiosa e Popular; Três – sub-coleção da Revolução de mil novecentos e vinte e dois; Quatro – sub-coleção bibliográfica e arquivística, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo - SP, por meio do Processo nº. 1.217-T-87 (Processo n.º 01450.011595/2008-59), o qual foi inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Amparo legal: Decreto – Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986 e Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente